

ANÁLISE DO PLANO PLURIANUAL 2014/2017 NO MUNICÍPIO DE JAGUARI – RS

ANALYSIS OF 2014/2017 MULTIYEAR PLAN OF JAGUARI MUNICIPALITY

Luana Bentin Moreira
Bruno Milani

RESUMO

O Plano Plurianual (PPA) é uma ferramenta gerencial do setor público, conforme dispõe o Art. 165 da Constituição Federal (CF/88). Este plano é um dos principais instrumentos de planejamento de orçamento público. Realizado em médio prazo, procura-se ordenar as ações do governo para atingir os objetivos e metas fixadas para um período de gestão que compreende quatro anos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise do Plano Plurianual (PPA) 2014-2017 do município de Jaguari – RS, tendo como embasamentos o Orçamento Público, o Planejamento Administrativo, o Planejamento Governamental e o Plano Plurianual. Observou-se as diversas contas de Receitas e Despesas comparando as previsões com os valores aplicados. Também tendo como finalidade propor melhorias. Este estudo pode servir como base para futuras pesquisas nesta área.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Plurianual. Planejamento Administrativo. Plano Governamental. Orçamento Público. Gestão Pública.

ABSTRACT

The Multiyear Plan (PPA) is a management tool of the public sector, according to art. 165 of the Federal Constitution (CF/88). This plan is one of the main tools of public budget planning. In the medium term, it seeks to order government actions to achieve the goals and targets set for a four-year management period at the three levels of government (federal, state and municipal). The objective of this work is to analyze the Multiyear 2014-2017 Plan (PPA) of the Jaguari municipality, based on the Public Budget, Administrative Planning, Government Planning and Pluriannual Plan. The different accounts of Revenues and Expenses were compared comparing the forecasts with the amounts applied. Also with the purpose of proposing improvements. This study may serve as a basis for further research in this area.

KEYWORDS: Multiyear Plan. Administrative Planning. Governmental Plan. Public budget. Public administration.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal estabeleceu em 1988 o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo. No ano de 1995, iniciou-se a Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, quando começou a se fortalecer de forma processual e contínua com o chamado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e a emenda constitucional da reforma administrativa. Já em 2000, surgiu a Lei Complementar n° 101/00,

conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), que inferiu como os princípios de gestão fiscal responsável o planejamento e a transparência para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar a estabilidade das contas públicas.

Em 2013, a Prefeitura Municipal de Jaguari - RS criou a Lei Municipal de N° 2.966, a qual refere-se ao PPA de 2014-2017 do município. Com a ideia inovadora de aplicar o PPA Participativo com a metodologia conhecida como Metaplan (uma técnica destinada a promover o envolvimento das pessoas nas discussões, esclarecer dúvidas, gerenciar conflitos e levar um grupo a alcançar, de forma consistente, os objetivos propostos para discussão) através de audiências públicas com o tema denominado “O futuro de Jaguari é você quem escolhe” para melhor atender as necessidades da população, priorizando igualmente a cidade e o interior.

Os dados foram analisados a partir do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) que é regido pela Lei n° 4.320 de 17 de março de 1964 onde estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, os Municípios e do Distrito Federal. Onde podem ser observados a previsão e a arrecadação da receita em todos os níveis e os empenhos do exercício selecionado, suas liquidações e pagamentos, desde que efetuados dentro do mesmo exercício.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é verificar a aplicação do Plano Plurianual das contas de 2014, 2015 e 2016 do município de Jaguari - RS através da análise da execução orçamentária, considerando o art. 165 da Constituição Federal (CF/88), o art. 78, inc. IV da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal n° 2.966/13 que dispõe sobre o referido plano.

O Plano Plurianual é destinado a organizar e viabilizar a ação pública visando cumprir os fundamentos e objetivos da República para otimizar o uso do orçamento público. Cabe a instituição refletir na escolha da melhor direção dos recursos orçamentários para aprimorar os gastos públicos. O presente trabalho também tem importância para gerar subsídios para futuros PPAs e serve como papel de fiscalização orçamentária. Dessa maneira busca-se analisar o Plano Plurianual do município de Jaguari - RS no período de 2014-2017.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico irá abordar a conceituação teórica de Orçamento Público, Planejamento Administrativo, Planejamento Governamental, Plano Plurianual e Plano Plurianual Participativo que servem como embasamento para o presente trabalho.

2.1 Orçamento Público

O orçamento público tem diversos conceitos. O conceito mais comum sustenta que ele estima a receita e fixa a despesa da administração pública, evidenciando a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, sem muita associação com a realidade de determinado lugar ou ente público. Consiste em identificar a procedência de receitas e informar onde estas deverão ser gastas, sem ficar explícito os motivos e propósito dos gastos. O gasto altamente desigual com funcionários distorce alguns orçamentos públicos e os transforma em simples folhas de pagamento, não possibilitando designar recursos para outras despesas como investimentos e melhorias dos serviços já existentes. (SANTOS, 2001)

O orçamento público também pode ser considerado um instrumento de execução de planos do governo, aqui o conceito de orçamento é um meio de transformar planos em notas e serviços concretos. Originou-se no planejamento estatal soviético do início do século XX, praticamente todos os países do mundo copiaram este planejamento aplicando suas devidas adaptações. Tem como ideia principal caber ao governo estabelecer as regras para o desenvolvimento do país, do estado e da cidade e executar uma parte desses objetivos via seus próprios meios deixando outras partes para a iniciativa privada. O orçamento público é o instrumento principal de execução dos planos, muitas ações não podem ser executadas pela iniciativa privada ou porque esta não se interessa por alguma atividade, ou ainda, portanto, só não podem ser terceirizadas as atividades que são próprias e indelegáveis do Estado e necessárias à sobrevivência da sociedade. Nisso incluem-se as atividades de segurança pública, forças armadas, justiça, gestão tributária, controle interno e externo da Administração Pública e exercício do poder de polícia. (SILVA, 2011)

2.2 Planejamento governamental

O governo utiliza o processo de Planejamento-Orçamento. O planejamento estratégico é uma ferramenta essencial para a administração de uma entidade, seja ela pública ou privada, pois esta prática traz benefícios às organizações elevando a eficácia, eficiência e efetividade, do mesmo modo em que auxilia no aumento de boas decisões, reduzindo assim a probabilidade de riscos e aumentando as chances de alcançar os objetivos estabelecidos.

Ao tratar esse tema relacionado com o planejamento no âmbito do serviço público, chamado também de planejamento governamental, uma das principais modificações foi instituída pela Constituição Federal de 1988. A mesma refere-se à instituição do PPA como principal instrumento de planejamento de médio prazo de acordo com o artigo 165. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

A partir da nova Constituição, o PPA passou a ser pensado de forma integrada com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA), articulando instrumentos de curto e médio prazo, submetidos à apreciação do poder legislativo, daí o uso dos termos planejamento-orçamento, sistema integrado de planejamento. (ANDRADE, 2005)

2.3 Plano plurianual

Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo. O art. 165, §1, determina que o PPA seja estabelecido “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1988).

Em 1995, iniciou-se a Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, onde começou a se fortalecer de forma processual e contínua com o chamado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e a emenda constitucional da reforma administrativa, tomando como base as experiências recentes em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), baseando-se principalmente no Reino Unido tinha como principal objetivo transformar a administração pública burocrática em administração pública gerencial. (BRESSER-PEREIRA, 1995)

Em 2000, surgiu a Lei Complementar n° 101/00, conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), que inferiu como os princípios de gestão fiscal responsável o planejamento e a transparência para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar a estabilidade das contas públicas.

Portanto, tendo-se em vista que administrar de melhor forma os recursos das instituições públicas é o papel atual dos gestores das organizações públicas, deve-se buscar a constante melhoria de seus serviços prestados à sociedade. O ato de planejar é um dos primeiros desafios de uma administração, considerando-se uma ferramenta gerencial em que são avaliadas e elaboradas as direções a serem percorridas conforme a situação vivenciada pela entidade para atingir seus resultados propostos de maneira mais favorável (MOURA, 1994).

O PPA deve ser elaborado no primeiro ano do mandato do Chefe do Executivo, iniciando sua vigência no ano seguinte de sua elaboração até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do executivo subsequente, ou do segundo mandato, no caso de reeleição. Sendo assim o PPA tem por característica “abranger um horizonte de médio prazo

(quatro anos) e ser implementado apenas durante os três últimos anos do mandato do chefe do Poder Executivo” (LUNKES, 2007, p. 16).

Segundo Ferreira Filho (2015) o Governo Federal tentou colocar em prática o PPA Participativo durante o período 2004/2007 e 2008/2011, ou seja, durante o primeiro e o segundo mandato do Governo Lula, mas que, infelizmente, não surtiu efeito esperado pela sociedade, que mais uma vez ficou sem participar efetivamente da elaboração orçamentária nesses períodos. A realização de audiências públicas ainda não é garantia de que a sociedade será ouvida ou terá voz.

Na prática, o processo de consulta ao PPA 2008/2011 coordenado pelo Parlamento suscitou muitas críticas. Nos seminários regionais, parlamentares aproveitaram o espaço para prolongados discursos, reduzindo o tempo destinado às vozes da sociedade civil, dos movimentos sociais, das universidades e dos representantes dos bairros. O Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC defende a institucionalização da metodologia de participação social, onde reivindica a real garantia de participação e declara que o processo deve ter regras claras que empoderem de fato a sociedade. A necessidade de institucionalizar a participação social deve ser contemplada tanto no âmbito do Legislativo quanto do Executivo. (INESC, 2007)

O Estado do Rio Grande do Sul tornou-se o pioneiro brasileiro na iniciativa da participação social no orçamento, mais precisamente em sua capital, Porto Alegre, em 1989, adotando em suas gestões o PPA Participativo com o auxílio da população. Segundo a pesquisa, de acordo com o Portal do Governo do Rio Grande do Sul, em matéria publicada em março de 2011, um total de 534 pessoas, entre participantes e autoridades, estiveram no Auditório Central da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para o debate do PPA Participativo na Região Sul. Na oportunidade, foram discutidas a potencialização das atividades decorrentes dos investimentos no Porto do Rio Grande do Sul e a preparação da região para os efeitos do crescimento da indústria naval, temas que dominaram os pronunciamentos e as preocupações de autoridades e da sociedade civil. (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Seguindo o exemplo pioneiro em Porto Alegre/RS, outras administrações pelo país atualmente já despertaram para o Planejamento Plurianual Participativo, como é o caso da Prefeitura de Jaguari - RS. A administração municipal lançou em 07 de novembro de 2013 a Lei Municipal N° 2.966 para consolidar o Plano Plurianual Participativo, retomando o diálogo social em conjunto com a sociedade de um projeto único e democrático, elencando as prioridades de cada localidade. (BOLZAN E SILVA, 2015)

O PPA Participativo é inovador para o município de Jaguari - RS, onde houve consenso para utilizar a metodologia Metaplan, pois segundo Brose (2001), o Metaplan tem como objetivo não excluir nenhuma indicação, facilitando o processo de debate e respeitando todas as ideias do grupo. Foi estipulado que seriam realizadas cinco audiências públicas, sendo uma realizada em cada distrito e outra no perímetro urbano para que não fosse diferenciado a importância do interior e da cidade.

Ainda segundo Bolzan e Silva (2015), na elaboração do PPA foi formada uma comissão formada por um Oficial Administrativo, um Contador, um Administrador, um Assessor Técnico de Gestão e um Consultor de Qualidade, esta comissão foi apoiada e orientada por professores da área de Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha Câmpus São Vicente do Sul, que além de orientar qual a melhor forma de metodologia de trabalho, também ajudaram na interpretação dos dados obtidos nas audiências.

3 MÉTODO

Quanto a abordagem, esta pesquisa é quantitativa, pois tem como base a análise de dados coletados, tendo como foco a representatividade numérica de Receitas e Despesas realizadas nos anos de 2014, 2015 e 2016 na Prefeitura Municipal de Jaguari - RS, onde o PPA 2014-2017 recebe um tratamento analítico para uma interpretação complementar. Ao que se refere a natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática destinados a sugerir soluções de problemas que o envolvem. No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno. No que tange aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, buscando revelar o objeto estudado tal como o percebe, procurando entender compreender tal fenômeno comparando o PPA com o que foi executado.

4 RESULTADOS

Os dados de receitas e despesas foram sintetizados, pois a quantidade de subcontas é grande, portanto serão analisadas as contas principais e suas subcontas com valores mais expressivos. Serão analisadas cada categoria separadamente para uma melhor observação. O ano de 2017 não pode ser analisado, pois não havia sido encerrado durante a elaboração do presente trabalho.

4.1 Receitas correntes

As Receitas Correntes são constituídas por Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita de Serviço, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Esta categoria representa o maior valor de todas as receitas e alcançaram arrecadações bem próximas de suas previsões. Previstas em R\$ 30.669.725,00, arrecadaram-se R\$ 26.757.383,31 em 2014. No ano de 2015, previu-se R\$ 29.559.851,37 e arrecadou-se 28.348.036,31. Em 2016 a arrecadação foi de R\$ 31.370.792,78, cuja a previsão era R\$ 29.764.535,87.

4.1.1 Receita Tributária

As Receitas Tributárias estão divididas em Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria. Previstas em R\$ 2.367.952,00 no ano de 2014, arrecadaram-se R\$ 2.082.126,07. Deste valor R\$ 1.717.809,02 foram arrecadados em Impostos e R\$ 364.317,05 em Taxas. Em 2015 os valores previstos e arrecadados foram os mais próximos dos três anos analisados, apenas -5,71% de contraste entre si. Previu-se R\$ 2.457.761,37 e arrecadou-se R\$ 2.317.475,43. Desta quantia R\$ 1.877.451,62 foram arrecadados em Impostos e R\$ 440.023,81 em Taxas.

No ano de 2016 a receita estava prevista em R\$ 2.191.982,75 e gerou R\$ 2.942.154,05 de arrecadação, caracterizando a maior diferença entre previsão e arrecadação observando os anos analisados. Com 34,22% a mais do que o previsto, as principais responsáveis pelo aumento foram as Taxas que tiveram 72,15% de arrecadação acima do previsto, pois estavam estimadas em R\$ 323.101,05 e arrecadaram R\$ 556.213,54. Apesar da Contribuição de Melhoria ter sido prevista nos anos de 2014, 2015 e 2016 em R\$ 1.344,00, a receita arrecadada foi nula.

4.1.2 Receita de Contribuições

Esta receita é dividida em Contribuições Sociais e Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública. Com Receita Prevista em R\$ 839.800,00, foram arrecadados R\$ 1.035.732,91 em 2014. Do valor arrecadado R\$ 871.511,38 foram de Contribuições Sociais que estavam previstas em R\$ 654.500,00 e R\$ 164.221,53 em Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, -11,38% do que sua previsão estimada em R\$ 185.300,00.

No ano de 2015 houve a maior diferença entre previsão e arrecadação em Receita de Contribuições, 25,03%. Previu-se receita de R\$ 858.595,00 e arrecadou-se R\$ 1.073.533,90, sendo sua principal causa de aumento a Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública que estava prevista em R\$ 171.370,00 foi arrecada R\$ 240.397,78, 40,28% a mais. As

Contribuições Sociais também foram 21,23% acima do previsto que era R\$ 687.225,00, sendo arrecadado R\$ 833.136,12.

Em 2016, previsão e arrecadação tiveram as menores diferenças, 11,03%. Foram previstos R\$ 1.002.922,20 e obteve arrecadação de R\$ 1.113.497,72. Deste valor R\$ 783.555,44 foram arrecadados em Contribuição Social e R\$ 329.942,28 em Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, cuja arrecadação foi 33,62% superior ao previsto estimado em R\$ 246.922,20.

4.1.4 Transferências Correntes

As Transferências Correntes representam os maiores valores da Receita de Capital. São divididas em Transferências Intergovernamentais, Transferências de Instituições Privadas, Transferências de Pessoas e Transferências de Convênios.

No ano de 2014 previu-se R\$ 25.868.347,00 e arrecadou-se R\$ 21.686.583,97 em Transferências Correntes. Do valor arrecadado obteve R\$ 21.048.351,36 em Transferências Intergovernamentais, das quais foram R\$ 10.402.616,83 em Transferências da União, R\$ 7.523.998,01 em Transferências dos Estados e R\$ 3.121.736,52 em Transferências Intergovernamentais. Também se arrecadou R\$ 130.000,00 em Transferências de Instituições Privadas, cuja receita estava prevista em R\$ 1.140,00, representando 11303,51% de diferença entre ambas. As Transferências de Pessoas também alcançaram grande diferença, mais precisamente 376,33%, foram previstos R\$ 7.980,00 e arrecadados R\$ 38.010,76.

Em 2015 as Transferências Correntes tiveram arrecadação de R\$ 22.566.981,46, cuja a receita prevista era de R\$ 24.640.835,96. Deste valor arrecadado partiram R\$ 22.105.273,22 em Transferências Intergovernamentais, das quais foram R\$ 10.860.120,37 em Transferências da União, R\$ 7.878.851,21 em Transferências dos Estados e R\$ 3.366.301,64 em Transferências Multigovernamentais. As receitas em Transferências de Instituições Privadas não estavam previstas, todavia foram arrecadados R\$ 46.919,14, também não houve previsão em Transferências de Pessoas, mas esta receita foi arrecadada em R\$ 7.690,00. As Transferências de Convênios arrecadaram R\$ 407.099,10, -26,80% do previsto estimado em R\$ 556.113,96.

As Transferências Correntes obtiverem a quantia mais aproximada no ano de 2016, apenas 0,56% de diferença. Previu-se R\$ 25.012.482,43 e arrecadou-se R\$ 25.152.665,11. As Transferências Intergovernamentais obtiveram arrecadação de R\$ 24.826.916,69, dos quais foram R\$ 12.496.888,06 em Transferências da União, R\$ 8.727.221,92 e R\$ 3.602.806,71. As

Transferências de Instituições Privadas estavam previstas em R\$ 2.000,00 e arrecadaram-se 14657,27% além do esperado, R\$ 295.145,30. Outra receita que estava prevista em R\$ 2.000,00 foi a receita de Transferências de Pessoas, mas esta não obteve arrecadação. As Transferências de Convênios estavam com receita prevista em R\$ 403.530,00, porém geraram a menor arrecadação dos três anos analisados, R\$ 30.603,12, demonstrando uma desigualdade de - 92,42%.

4.2 Receitas de capital

Receitas de Capital são divididas em Alienação de Bens e Transferências de Capital, Outras Receitas de Capital e Operações de Crédito. Obtiveram receitas arrecadas superiores ao previsto em todos os anos observados. A maior desproporção ocorreu no ano de 2014 quando a Receita Prevista de R\$ 3.000,00 não foi próxima de sua Receita Arrecada de R\$ 2.427.213,57.

Em 2015 ocorreu ao contrário, previu-se menos do que foi arrecadado. Previstas em R\$ 4.103.729,29 as Receitas de Capital tiveram R\$ 1.796.999,69 de arrecadação. No ano de 2016, abrangeu-se R\$ 2.473.763,42 de arrecadação onde estava previsto R\$ 4.845.611,00.

4.3 Receitas correntes intra-orçamentárias

As Receitas Correntes Intra-orçamentárias estão divididas em Receita de Contribuições Intra-Orçamentárias e Outras Correntes Intra-Orçamentárias. Estimado em R\$ 1.904.675,00, arrecadou-se R\$ 1.517.640,98 em Receitas Correntes Intra-Orçamentárias no ano de 2014. Em 2015, estimou-se R\$ 1.999.908,75 e obteve R\$ 1.310.577,29 de arrecadação. Com a receita prevista em R\$ 1.849.000,00 estas receitas arrecadaram R\$ 2.478.672,44 em 2016.

4.3.1 Receitas de Contribuição Intra-Orçamentárias

Em 2014, as Receitas de Contribuição Intra-Orçamentárias estavam previstas em R\$ 1.904.675,00 e arrecadaram R\$ 1.432.539,21, cujo deste valor foram R\$ 550.797,08 em Contribuição Patrimonial de Serviço Ativo Cível - Intra-Orçamentário que estava estimado em R\$ 1.055.000,00. Arrecadou-se também R\$ 491.148,47 em Contribuição Previdenciária Para Amortização do Déficit Atual que estava previsto em R\$ 717.800,00 e a maior diferença foi em Contribuição Previdenciária em Regime de Parcela de Débito onde foram arrecadados R\$ 390.593,66, representando 196,18% superior do que estava previsto em R\$ 131.875,00.

No ano de 2015 as Receitas de Contribuição Intra-Orçamentárias estavam previstas em R\$ 1.999.908,75 e arrecadaram 41,50% abaixo do esperado, R\$ 1.170.005,68. Desde valor

arrecadado foram R\$ 230.277,41 em Contribuição Patrimonial de Serviço Ativo Cível - Intra-Orçamentário que estava estimado em R\$ 1.107.750,00, arrecadando-79,21% do previsto. R\$ 234.153,03 em Contribuição Previdenciária Para Amortização do Déficit Atual que estava previsto em 753.690,00, -68,93%. E a maior diferença novamente foi em Contribuição Previdenciária em Regime de Parcela de Débito onde arrecadou-se R\$ 705.575,24, representando um aumento de 409,56% do que estava previsto em R\$ 138.468,75.

Em 2016, as Receitas de Contribuição Intra-Orçamentárias estavam previstas em R\$ 1.704.000,00 e arrecadaram 29,07% a mais, 2.199.298,21. Desde valor arrecadado foram R\$ 746.768,62 em Contribuição Patrimonial de Serviço Ativo Cível - Intra-Orçamentário que estava estimado em R\$ 1.032.000,00. Também se arrecadou 114,12% superior previsto em 2016, R\$ 154.164,26 em Contribuição Previdenciária Para Amortização do Déficit Atual previsto em R\$ 72.000,00. E a maior diferença pela terceira vez foi em Contribuição Previdenciária em Regime de Parcela de Débito que foi arrecadado R\$ 1.298.365,33, representando um aumento de 116,39% do que estava previsto em R\$ 600.000,00.

4.3.2 Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias

Em Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias não houve receita prevista, mas arrecadou-se R\$ 85.101,77 em Multas e Juros de Mora no ano de 2014. Novamente não houve receita prevista em Outras Receitas Correntes Intra-orçamentárias em 2015, no entanto arrecadou-se R\$ 140.571,61 em Multas e Juros de Mora. No ano de 2016 as Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias estavam previstas em R\$ 145.000,00 e tiveram arrecadação em Multas e Juros de Mora de R\$ 279.374,23, 93% acima do esperado.

4.4 Deduções da receita corrente

As Deduções da Receita Corrente estão divididas em Receita Tributária, Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Deduções de Receita Corrente – Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Com quantias arrecadadas muito similares ao estimado, arrecadou-se R\$ -3.406.927,36 em 2014, R\$ -3.516.262,20 em 2015 e R\$ -3.723.925,39 em 2016.

4.4.1 Receita Tributária

Em 2014 não houve previsão de Receita Tributária, porém a receita arrecada foi de R\$ -34.175,23 em Impostos e R\$ -9.909,41 em Taxas. No ano de 2015, a previsão de Receita Tributária estava estimada em R\$ -91.489,41 e obteve receita arrecadada de R\$ -60.259,18,

sendo R\$ -44.033,85 em Impostos e R\$ -16.225,33 em Taxas cujo não havia previsão. Em 2016, a previsão de Receita Tributária foi de R\$ -72.346,94 e a receita arrecada foi de R\$ -104.408,37, representando uma diferença de 44,32%. Deste valor foram R\$ -75.569,56 em Impostos e R\$ -28.838,81 em Taxas que não estavam previstos.

4.4.2 Receita Patrimonial

A Receita patrimonial não estava prevista em nenhum dos anos analisados. Porém arrecadou-se R\$ -305.460,02 em 2014, R\$ -153.090,43 em 2015 e R\$ -32.642,60 em 2016.

4.4.3 Receita de Serviços

A Receita de Serviços teve R\$ -221,84 arrecadados apesar de não ter sido prevista em 2014. Em 2015 e em 2016 não se previu nem se arrecadou esta receita.

4.4.4 Deduções de Receita Corrente – Transferências Correntes

No ano de 2014 As Deduções de Receita Corrente – Transferências Correntes estavam previstas em R\$ -3.577.400,00 e obtiveram R\$ -3.056.232,98 de receita arrecada, das quais foram R\$ -1.628.126,56 em Dedução da Receita de Transferência da União e R\$ -1.428.106,42 em Dedução da Receita de Transferência do Estado.

Em 2015 As Deduções de Receita Corrente – Transferências Correntes estavam previstas em R\$ -3.572.000,00, cuja receita arrecada foi de R\$ -3.223.346,86. Desde valor foram R\$ -1.711.545,25 em Dedução da Receita de Transferência da União e R\$ -1.511.801,61 em Dedução da Receita de Transferência do Estado.

As Deduções de Receita Corrente – Transferências Correntes estavam previstas em R\$ -3.546.554,93 e mantiveram receita arrecada similar de R\$ -3.586.874,42, apenas 1,14% de diferença em 2016. Do valor arrecado foram R\$ -1.955.842,82 em Dedução da Receita de Transferência da União e R\$ -1.631.031,60 em Dedução da Receita de Transferência do Estado.

4.4.5 Outras Receitas Correntes

Não houve previsão de Outras Receitas Correntes em nenhum dos anos analisados, porém houve R\$ -927,88 de quantia arrecadada em 2014 e R\$ -79.565,73 no ano de 2015. Não houve arrecadação em 2016.

4.5 Despesas

As Despesas estão divididas em 13 áreas, são elas: Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Gestão Administrativa; Secretaria Municipal de Finanças, Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Educação; Despesas Não-Computáveis em Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Trânsito; Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto; Secretaria Municipal de desenvolvimento Agropecuário; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Planejamento, Captação de Recursos e Meio Ambiente; Fundo Municipal de Previdência dos Servidores; e Reserva de Contingência.

4.5.1 Gabinete do Prefeito

A categoria Gabinete do Prefeito é dividida em Planejamento Governamental, Unidade Central de Controle Interno (Administração e Segurança Pública), Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Conselho Tutelar. Nos anos analisados teve a dotação autorizada muito similar ao liquidado, em 2014 a Dotação Autorizada era R\$ 665.350,43 e foi liquidado R\$ 651.604,84. No ano de 2015 a Dotação Autorizada para o Gabinete do Prefeito estava estimada em R\$ 647.049,77 e o valor liquidado foi de R\$ 620.249,64. Já no ano de 2016, autorizou-se R\$ 776.795,66 de dotação e liquidou-se R\$ 754.297,41.

O Planejamento Governamental representa o maior valor do Gabinete do Prefeito, com Dotação Autorizada estimada em R\$ 647.242,43, teve R\$ 633.497,05 de valor liquidado no ano de 2014. Em 2015, obteve R\$ 624.499,77 de autorização e foi liquidado R\$ 601.573,07. No ano de 2016 a Dotação Autorizada era de R\$ 642.897,68 e manteve sua liquidação em R\$ 632.348,62.

A Unidade Central de Controle Interno teve valores bem aproximados em 2014, a Dotação Autorizada foi de R\$ 18.108,00 e R\$ 18.107,79 de liquidação. Em 2015, a dotação autorizada para este recurso foi de R\$ 20.550,00 e o valor liquidado foi de R\$ 18.676,57. No ano de 2016 a Dotação Autorizada era de R\$ 23.091,26, liquidando-se R\$ 21.641,26.

Em 2015, estimou-se R\$ 2.000,00 de despesa em Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nada foi arrecadado, nos demais anos não foi estimado tampouco arrecadado valor. Situação similar também ocorreu no ano de 2015 com o Conselho Tutelar, quando teve Dotação Autorizada de R\$ 108.306,72 e R\$ 100.307,53 liquidado, nos dois anos anteriores não foram autorizadas dotações e nem liquidações.

4.5.2 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

A Secretaria Municipal de Gestão Administrativa é dividida em Supervisão e Coordenação Administrativa, Plano de Assistência À Saúde do Servidor Municipal e Atividades de Apoio À Outros Órgãos de Governo. Teve Dotação Autorizada estimada em R\$ 1.711.142,00 e liquidou-se R\$ 1.579.513,02 no ano de 2014. Nos dois anos seguintes os valores foram similares, em 2015 estimou-se R\$ 1.652.504,66 em Dotação Autorizada e houve liquidação de R\$ 1.590.547,64 e, por fim, no ano de 2016 houve R\$ 1.904.464,19 de dotação autorizada e R\$ 1.719.560,33 de quantia liquidada.

As Supervisão e Coordenação Administrativa tiveram em 2014 dotação autorizada de R\$ 973.640,00 e R\$ 894.359,77 de montante liquidado. Em 2015 a autorização estava estimada em R\$ 924.621,40 com liquidação de R\$ 875.829,51. No ano de 2016 a dotação autorizada era de R\$ 1.093.342,59 e obteve R\$ 988.507,16 de liquidação.

O Plano de Assistência À Saúde do Servidor Municipal alcançou dotação autorizada de R\$ 617.300,00 e R\$ 572.030,93 de valor liquidado em 2014. R\$ 602.572,26 foi o valor autorizado em 2015, com R\$ 601.018,45 de liquidação. Já no ano de 2016 a liquidação foi de R\$ 613.859,20, tendo em vista que a quantia da autorização era de R\$ 682.500,00.

As Atividades de Apoio À Outros Órgãos de Governo em 2014 tinham R\$ 120.202,00 de Dotação Autorizada e R\$ 113.122,32 de valor liquidado. Em 2015 a Dotação Autorizada foi de R\$ 125.311,00, com R\$ 113.699,68 de liquidação. E no ano de 2016, autorizou-se R\$ 128.621,60, cujo valor liquidado foi de R\$ 117.193,97.

4.5.3 Secretaria de Finanças, Indústria e Comércio

É dividida em Atividades Fazendárias, Ações Direcionadas Ao Fortalecimento Tributário e Ações Direcionadas Ao Comércio e Expansão Industrial. Em 2014, foram autorizados R\$ 2.235.078,42 de dotação na Secretaria de Finanças, Indústria e Comércio, porém a liquidação foi de R\$ 1.708.679,20, representando -23,55% abaixo do autorizado, cujo valor foi dividido em R\$ 1.541.091,67 nas Atividades Fazendárias e R\$ 167.587,53 nas Ações Direcionadas Ao Fortalecimento Tributário, não havendo liquidação em Ações Direcionadas Ao Comércio e Expansão Industrial.

No ano de 2015, a autorização foi de R\$ 2.702.257,86 e a liquidação foi de R\$ 2.146.721,71, do qual foram R\$ 1.794.318,80 em Atividades Fazendárias, R\$ 191.178,74 em Ações de Fortalecimento Tributário e R\$ 161.224,17 Ações Direcionadas Ao Comércio e Expansão Industrial, -64,56% abaixo do valor de dotação autorizada estimada em R\$ 454.900,00.

E em 2016 os valores estavam muito aproximados, a dotação autorizada foi de R\$ 3.209.101,55 e liquidação no valor de R\$ 3.162.873,48, tendo a diferença de apenas -1,44%, do valor liquidado R\$ 2.881.425,36 foram destinados a Atividades Fazendárias, R\$ 261.753,01 em Ações de Fortalecimento Tributário e 19.695,11 nas Ações Direcionadas Ao Comércio e Expansão Industrial.

4.5.4 Secretaria Municipal de Educação

Representam uma das despesas mais altas, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde. Em 2014, teve dotação autorizada de R\$ 12.251.315,73 e R\$ 7.281.456,17 de liquidação, a partir desde valor liquidado foram destinados R\$ 6.887.994,07 em Gastos Constitucionais Em Educação e R\$ 239.980,10 em Programas Complementares, representando -40,57% de liquidação quando comparada com a dotação autorizada, o motivo de tamanha diferença foram R\$ 9.515.514,50 destinados ao Ensino Fundamental que tiveram R\$ 5.460.908,56 de liquidação, pois teve como destaque dotação autorizada para construção de uma escola estimada em R\$ 3.535.082,50 que não se liquidou.

No ano de 2015, autorizou-se R\$ 8.021.234,12 de dotação e liquidou-se R\$ 7.008.977,50, do qual foram R\$ 6.676.005,39 em Gastos Constitucionais Em Educação e R\$ 205.018,77 em Programas Complementares. E em 2016, a diferença entre dotação autorizada e liquidado foi a menor dos três anos, representando -5,95% de diferença entre ambos, houve autorização de R\$ 6.860.309,60 e R\$ 6.451.817,13 de valor liquidado, cujo deste valor R\$ 6.131.719,74 foram de Gastos Constitucionais Em Educação e R\$ 208.627,02 em Programas Complementares.

4.5.5 Secretaria Municipal de Saúde

Tem suas despesas divididas em Ações Em Saúde Pública Preventiva e Curativa (Saúde e Saneamento) e Fundo Municipal da Saúde – FMS. Com Dotação Autorizada na quantia de R\$ 5.636.242,26, liquidou-se -20,24% da autorização, R\$ 4.495.609,27 em 2014. Do valor liquidado R\$ 2.708.575,52 foram destinados a Saúde, R\$ 0,00 em Saneamento e também foram gastos R\$ 1.787.033,75 em FMS.

No ano de 2015, as despesas tiveram uma grande diferença em suas áreas, com R\$ 8.418.366,39 de dotação autorizada, a liquidação foi de R\$ 6.474.739,03, deste valor R\$ 4.852.406,71 foram destinados a Saúde, apesar de R\$ 307.849,00 estarem autorizados para Saneamento, nenhum valor foi liquidado e em FMS foram gastos R\$ 1.622.332,32.

Em 2016, R\$ 7.958.225,77 foi o valor da dotação autorizada nesta secretaria, a liquidação das despesas foi de R\$ 6.604.537,61, cujo valor foi de R\$ 4.635.576,36 destinados a saúde, foram autorizados R\$ 62.000,00 em Saneamento e a liquidação como em todos os anos analisados foi nula, também foram liquidados R\$ 1.968.961,25 no FMS.

4.5.6 Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Trânsito

A Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana E Transito é dividida em Manutenção de Atividades da Secretaria e Infraestrutura Urbana e Rural (Urbanismo e Transporte). Com dotação autorizada em 2014 de R\$ 3.727.368,05, liquidou-se R\$ 2.785.887,66. A principal diferença foi de -55,86% entre liquidação e dotação orçamentária de Infraestrutura Urbana e Rural, foram autorizados R\$ 1.514.366,00, porém a despesa liquidada foi de R\$ 630.064,79 em Urbanismo e R\$ 38.322,85 na área de Transporte que foi a principal responsável pela diferença notável, pois teve dotação autorizada de R\$ 300.418,00, 87,24% a menos.

A variação entre dotação autorizada e liquidado em 2015 foi a menor dos três anos analisados, -12,04%. Autorizou-se R\$ 3.458.808,45 e liquidou-se R\$ 3.042.391,51, cuja da liquidação foram gastos R\$ 1.870.892,99 em Manutenção das Atividades da Secretaria, em Infraestrutura Urbana e Rural foram gastos R\$ 1.072.187,94 e em urbanismo e R\$ 99.310,58 em Transporte.

A maior desigualdade entre dotação autorizada e liquidado ocorreu no ano de 2016, a Dotação autorizada era de R\$ 7.974.171,13 e a despesa liquidada foi de R\$ 3.510.588,24, representando uma variação de -55,98% entre ambas. Do valor liquidado, foram gastos R\$ 2.039.893,90 em Manutenção das Atividades da Secretaria. E na Infraestrutura Urbana e Rural que foram gastos R\$ 1.310.560,10, representando um contraste de -46,78% de sua dotação autorizada em R\$ 1.310.560,10. A maior diferenciação foi em transporte quando foi autorizado R\$ 3.410.143,03 e liquidou-se R\$ 160.134,24, simbolizando -95,30% de desproporção.

4.5.7 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto

As despesas da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto são divididas em Manutenção da Secretaria, Atividades Desportivas, Atividades Culturais, Artísticas e Históricas e Atividades do Turismo. Teve autorização de R\$ 1.022.436,00 em 2014 e liquidou-se R\$ 641.261,84, sendo que este valor foi dividido em R\$ 214.006,63 de despesa em Manutenção da Secretaria, R\$ 22.461,82 em Atividades Culturais, Artísticas e Históricas, R\$ 323.699,99 em

Atividades de Turismo e a maior diferenciação foi em Atividades Desportivas que teve dotação autorizada de R\$ 442.509,00, no entanto liquidou-se -81,67% da autorização, R\$ 81.093,40.

O ano de 2015 representou a maior diferenciação desta secretaria entre autorização e liquidação, -67,86%. A dotação autorizada estava estimada em R\$ 1.299.726,52 e teve liquidação de R\$ 417.777,80. As Atividades de Turismo tiveram autorização de R\$ 213.522,00 com liquidação de R\$ 176.671,27. A dotação autorizada para Manutenção da Secretaria foi de R\$ 245.290,00 e obteve arrecadação de R\$ 163.037,68.

Um dos responsáveis pelo contraste tão notável em 2015 foi área de Atividades Desportivas, quando foi autorizado R\$ 796.149,52 e liquidado R\$ 55.827,55, refletindo em -92,99% de diferença entre ambos. Outra área também teve a variação bem perceptível, a área de Atividades Culturais, Artísticas e Históricas teve dotação autorizada de R\$ 44.765,00 e liquidou-se R\$ 22.241,30, com a diferença equivalente de -50,32% entre um e outro.

Em 2016, esta secretaria dispôs de R\$ 479.828,19 de dotação autorizada e gerou R\$ 346.310,47 de despesas liquidadas. Da quantia liquidada foram destinados R\$ 173.902,05 para Manutenção da Secretaria, R\$ 145.249,58 em Atividades de Turismo, R\$ 27.158,84, sendo que em Atividades de Culturais, Artísticas e Históricas a autorização e a liquidação foram nulas.

4.5.8 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário tem suas despesas divididas em Manutenção das Atividades da Secretaria, Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Atividades de Apoio Ao Produtor Rural (saneamento, agricultura e energia). A Dotação Autorizada em 2014 foi de R\$ 1.909.841,79 e teve liquidação de R\$ 1.630.008,19, deste valor R\$ 197.008,42 foram destinados para Manutenção das Atividades da Secretaria, R\$ 2.064,32 para o Fundo Municipal do Desenvolvimento Agropecuário e R\$ 1.430.935,45 em atividades de apoio ao produtor rural que foi subdivida em R\$ 15.081,32 para Saneamento, o que representou -79,97% do que foi autorizado. Foram gastos também R\$ 1.415.854,13 em agricultura e R\$ 0,00 em energia.

No ano de 2015, houve uma distinção de -31,61% entre a dotação autorizada de R\$ 809.719,00 e o liquidado de R\$ 553.768,42. O valor liquidado foi distribuído em R\$ 197.017,32 para Manutenção das Atividades da Secretaria, R\$ 60.981,94 para o Fundo Municipal do Desenvolvimento Agropecuário e R\$ 295.769,16 para Atividades de Apoio Ao Produtor Rural que foi subdivida em R\$ 9.842,50 (-60,79% a menos que a dotação autorizada de R\$ 25.100,00)

e R\$ 285.926,66 destinada para a agricultura. Também foram autorizados R\$ 10.000,00 para energia, porém a liquidação foi nula.

Em 2016, R\$ 596.364,98 foi o valor de dotação autorizada, liquidou-se um valor similar de R\$ 520.205,87, deste valor R\$ 124.160,26 foram para Manutenção das Atividades da Secretaria, R\$ 101.870,07 para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e R\$ 294.175,54 para Atividades de Apoio do Produtor Rural que foi distribuída em R\$ 15.679,78 para Saneamento e R\$ 278.495,76 para Agricultura, não houve dotação autorizada nem liquidação de gastos em Energia.

4.5.9 Secretaria Municipal de Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social é dividida em Planejamento e Desenvolvimento Assistencial (Assistência Social e Habitação), Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente (Assistência Social e Desporto e Lazer) e Fundo Municipal do Idoso.

Com dotação autorizada de R\$ 1.524.988,34 em 2014, teve R\$ 1.203.693,23 liquidado em 2014. Em planejamento e Desenvolvimento Assistencial, R\$ 416.165,50 foram gastos em Assistência Social e R\$ 129.017,05 em Habitação. R\$ 567.018,63 foram destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social. Para o Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente foram gastos R\$ 82.693,92 em Assistência Social e R\$ 8.798,13. Na área de Desporto e Lazer não houve dotação autorizada nem valor liquidado.

No ano de 2015 a dotação autorizada para esta secretaria era de R\$ 1.869.910,73, foi liquidado R\$ 1.104.552,96, -40,93% de contraste entre ambas. Em Planejamento e Desenvolvimento Assistencial foram gastos R\$ 374.766,70 em Assistência Social e R\$ 101.299,63 em Habitação. O Fundo Municipal de Assistência Social teve uma diferenciação de -49,49% entre a autorização de R\$ 1.016.012,07 e liquidação de R\$ 513.201,84, sendo o principal responsável pelo contraste da dotação autorizada e liquidado desta secretaria. No Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente R\$ 115.284,79 foram destinados para a Assistência Social. Houve autorização de R\$ 19.400,00 em desporto e lazer, porém a liquidação foi nula. Também foi autorizado R\$ 115.312,06 para o fundo municipal do idoso, mas a liquidação foi R\$ 0,00.

Em 2016, houve dotação autorizada de R\$ 1.378.915,99 e liquidação de R\$ 977.966,93. Do valor liquidado foram gastos em Planejamento e Desenvolvimento Assistencial R\$ 325.249,90 em Assistência Social e R\$ 7.003,20 (-73,37% que o autorizado que estava estimado

em R\$ 26.300,00). Foram gastos R\$ 638.568,71 no Fundo Municipal de Assistência Social. O Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente teve um contraste de -91,57%, foi autorizado R\$ 41.500,00, porém foi liquidado somente R\$ 3.500,00 em Assistência Social, não havendo liquidação de desporto e lazer que estavam com dotação autorizada em R\$ 1.500,00. O Fundo Municipal do Idoso também teve grande diferença entre dotação autorizada e liquidado, com -82,64% de diferenciação, autorizou-se R\$ 21.000,00 e liquidou-se R\$ 3.645,12.

4.5.10 Secretaria Municipal de Planejamento, Captação de Recursos e Meio Ambiente

A Secretaria Municipal de Planejamento, Captação de Recursos e Meio Ambiente tem suas despesas distribuídas em Atividades de Planejamento e Fundo Municipal do Meio Ambiente. Em 2014 a dotação autorizada foi de R\$ 576.791,33 e liquidou-se R\$ 412.952,47. Em Atividades de Planejamento foram gastos R\$ 218.332,70 em Administração e R\$ 194.619,77 em Gestão ambiental, sendo que este teve a autorização 44,00% abaixo do autorizado de R\$ 347.506,76. O Fundo Municipal do Meio Ambiente não teve dotação autorizada e nem despesa liquidada neste ano.

Em 2015, nas Atividades de Planejamento, foram gastos R\$ 280.252,89 em administração e na gestão ambiental a liquidação de R\$ 41.723,74, 68,63% abaixo da dotação autorizada de R\$ 132.992,00. Neste ano também não houve dotação autorizada tampouco houve despesa liquidada. No ano de 2016 a autorização era de R\$ 481.704,28 e a despesa liquidada foi de R\$ 401.842,91, estas despesas foram destinadas para as Atividades de Planejamento onde foram gastos R\$ 300.560,15 em Administração e R\$ 101.282,76 em Gestão Ambiental. Não obteve valores liquidados no Fundo Municipal do Meio Ambiente que estava com dotação autorizada em R\$ 15.000,00.

4.5.11 Fundo Municipal de Previdência dos Servidores

O Fundo Municipal de Previdência dos Servidores é dividido em Previdência Social e Reserva de Contingência. Teve dotação autorizada de R\$ 3.630.000,00 e R\$ 2.003.665,02 de despesa liquidada, representando -44,80% de contraste entre ambas no ano de 2014. Foram liquidados R\$ 2.003.665,02 em Previdência Social. A autorização de Reserva de Contingência era de R\$ 1.426.500,00, porém não houve gastos nesta categoria.

Em 2015 foram autorizados R\$ 3.800.000,00 de dotação e liquidados R\$ 2.310.130,72 em Previdência Social. Ocorreu a mesma situação no ano de 2016, a autorização estava

estimada em R\$ 3.727.250,00, foram liquidados R\$ 2.723.525,92 em Previdência Social, os R\$ 970.093,91 autorizados em reserva de contingência não foram gastos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o Plano Plurianual de Jaguari - RS, exercício 2014 – 2017, estabelecido pela Lei Municipal de N° 2.966, de 07 de novembro de 2013. Para tanto, a análise teórica recorreu à conceitos de Orçamento Público, Planejamento Administrativo, Planejamento Governamental, Plano Plurianual e Plano Plurianual Participativo, com intuito de apontar a necessidade de construção de investimentos para que as atividades locais possam ser realizadas com apoio e participação do Estado nas diferentes esferas do poder: municipal, estadual e federal, possibilitando assim o desenvolvimento do município com melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

A primeira limitação deste estudo foi o período de tempo, pois seria necessário um maior tempo para analisar todos os elementos de receitas e despesas do PPA. A segunda limitação foi o período do ano de 2017 que não pode ser analisado por estar em andamento durante o trabalho. Desta forma, devido a sua grande importância, optou-se por sintetizar suas categorias. O PPA de Jaguari - RS passou a ser analisado em seus aspectos formais e materiais. Constatou-se então que os dados analisados a partir dos dados fornecidos pelo TCE-RS tinham valores diferentes do PPA criado em 2013, não foram encontradas emendas para ter conhecimentos dos reajustes de previsão estimada em Receitas e Despesas.

Com o total de receitas arrecadadas em R\$ 27.745.331,59, liquidou-se R\$ 24.394.330,91 de despesas em 2014. Foram liquidados R\$ 25.591.833,56 da receita arrecada em R\$ 27.939.351,09 no ano de 2015. E em 2016 foram arrecadados R\$ 32.599.303,25 e foram liquidadas despesas totais de R\$ 27.173.526,30.

Em 2014, foram arrecadados 32,41% a mais do que o previsto em Outras Receitas Correntes, previu-se R\$ 244.336,00 e arrecadou-se R\$ 323.533,16. Este valor poderia ter sido melhor distribuído em Previdência Social no Fundo Municipal de Previdência dos Servidores que encerrou o ano com -44,80%, pois previu-se R\$ 3.630.000,00 e liquidou-se R\$ 2.003.665,02.

As Receitas de Capital tiveram uma surpreendente arrecadação, estimadas em apenas R\$ 3.000,00, arrecadou-se R\$ 2.427.213,57 que poderiam ter sido investidos em construção de escola de ensino fundamental que estava autorizado neste ano ou aquisição de ônibus escolares que também estava com dotação autorizada e não foram adquiridos, assim a diferença

na conta da Secretaria Municipal de Educação não seria tão grande como foi, -40,57%, pois foram autorizados R\$ 12.251.315,73 e arrecadados R\$ 7.281.456,17.

Apesar de não estarem previstos, foram arrecadados R\$ 85.101,77 nas Outras Correntes Orçamentárias em 2014, este valor poderia ter sido designado a Atividades Desportivas, pois autorizou-se R\$ 442.509,00 e liquidou-se somente R\$ 81.093,40 nesta área da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto, cujo teve como diferença total de -37,28%, onde estavam autorizados R\$ 1.022.436,00 e liquidou-se R\$ 641.261,84.

No ano de 2015 foram arrecadados R\$ 804.109,31 em Outras Receitas Correntes que estavam previstas em R\$ 303.629,25, representando um aumento de 164,83%. Deste valor, poderia ser novamente investido em Atividades Desportivas ou Atividades Culturais, Artísticas e Históricas na área da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto, pois mais uma vez obteve um grande valor negativo, -67,86%. Estavam autorizados R\$ 1.299.726,52 e foram liquidados R\$ 417.777,80.

A Alienação de Bens Móveis também teve grande arrecadação em 2015, prevista em apenas R\$ 3.000,00, foram arrecadados R\$ 202.200,00 e as Outras Receitas de Capital não estavam previstas, mas arrecadaram R\$ 48.869,69. Parte deste valor poderia diminuir a porcentagem negativa em Saneamento, Agricultura ou Energia na Secretaria Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário onde a dotação foi autorizada em R\$ 809.719,00, porém liquidou-se -31,61%, um valor de R\$ 553.768,42.

Também se arrecadou R\$ 140.571,61 em Outras Receitas Correntes que não estavam previstas, poderia ter sido utilizada para o Fundo Municipal do Idoso na Secretaria Municipal de Assistência Social, pois não foi aplicado investimento nesta área mesmo tendo dotação autorizada de R\$ 115.312,06.

No ano de 2016, foram arrecadados R\$ 2.942.154,05 em Receitas Tributárias, 34,22% acima do previsto, este valor que foi superior poderia ter sido utilizado nas Despesas Não-Computáveis em Educação, aplicando em Educação, Cultura e principalmente em Desporto e Lazer que não teve investimento.

Também houve grande arrecadação em Receita Patrimonial, previu-se R\$ 1.225.668,85 e arrecadou-se R\$ 1.880.867,34, cujo valor arrecadado acima do previsto poderia ter sido gasto em Infraestrutura Urbana e Rural que teve baixo investimento em Urbanismo e Transporte, pois teve previsão total de R\$ 5.872.897,85 e foi arrecadado 1.470.694,34, 74,96% abaixo do esperado.

Foram arrecadados 92,67% a mais do que o previsto de R\$ 145.000,00 em Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias, arrecadou-se R\$ 279.374,23, parte deste valor acima do previsto poderia ter sido destinado a Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que estava autorizado em R\$ 41.500,00 e liquidou somente R\$ 3.500,00 e também novamente em Fundo Municipal do Idoso na Secretaria Municipal de Assistência Social, pois foi autorizado R\$ 21.000,00 e liquidou-se somente R\$ 3.645,12.

Sendo assim, propõe-se ajustar alguns elementos que poderiam otimizar a aplicação do PPA, tais como:

- Rever o uso dos investimentos em educação, saúde, saneamento básico, cultura, transporte, atividades desportivas, atividades de apoio ao produtor rural e assistência social que tiveram despesas liquidadas abaixo do previsto em todos os anos analisados;

- Aplicar o que for discutido em audiências públicas realizadas nos quatro distritos e no perímetro urbano do município para melhor atender as prioridades dos munícipes;

- Deve-se investir mais em Cultura, Saneamento, Transporte, Gestão Ambiental e Energia (nas localidades rurais), pois há investimento quase sempre nulo ou muito baixo nestas áreas;

- Analisar porque as despesas estão sempre abaixo da receita arrecadada e distribuir melhor entre suas 13 áreas de órgãos municipais, visto que sobra arrecadação em todos os anos analisados que acabam não sendo utilizados.

Conclui-se, portanto, observando o PPA foi constatado que este acaba sendo elaborado para cumprir o que está estabelecido na Constituição Federal mais do que como um instrumento efetivo de planejamento participativo do município elaborado. Pois mesmo que haja vontade política de planejar a médio prazo as possibilidades são pequenas visto que o percentual de recursos livres a disposição das administrações para aplicar no que entenderem ser o melhor é mínimo.

Aplicar um PPA é uma tarefa difícil, tendo em vista que prever os próximos 4 anos é incerto, podendo ocorrer diversos imprevistos. Porém mesmo que haja grande arrecadação, as despesas são sempre inferiores o que pode ser melhor explorado durante cada ano. A proposta de transformar a elaboração do PPA em um elemento participativo continua sendo uma excelente ideia, visto que por ser uma cidade com 11.514 habitantes a capacidade de poder ouvir os cidadãos é maior, podendo ser mais eficaz. Aplicando o que a população clama por mais atenção, Jaguari tende a oferecer uma gestão pública de esplêndida qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 out. 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 2000.
- BRASIL. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- JAGUARI. **Lei Orgânica do Município**. Jaguari, RS, 03 abr. 1990. Disponível em: <<http://camara.jaguari.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/LeiOrg%C3%A2nica-Munic%C3%ADpio-REVIS%C3%83O-2012-Final.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017
- JAGUARI. **Lei Municipal no. 2.666**. Jaguari, RS, 07 nov. 2013. Disponível em: <<http://jaguari.rs.gov.br/2017/10/ppa-20142017/>>. Acesso em: 24 out. 2013.
- SILVA, R. B. da et al. **GESTÃO PÚBLICA: Inovações e Modelos**. Editora CRV, 1ª Ed., p. 43-60, 2015.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et al. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, Brasília, 1995.
- SANTOS, Aristeu Jorge dos. **Orçamento público e os municípios: alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal**. READ: revista eletrônica de administração. Porto Alegre. Edição 22, vol. 7, n. 4 (jul/ago 2001), documento eletrônico, 2001.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei complementar no. 101/2000: entendendo a lei de responsabilidade fiscal**. Secretaria do Tesouro Nacional, 2002.
- DA SILVA, José Afonso. **Orçamento-programa no Brasil**. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1973.
- ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998
- PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches; NOSSA, Valcemiro; DE ALMEIDA LOPES, Venina. **A influência do plano plurianual nos indicadores de execução**. REGE. Revista de Gestão, v. 12, n. 3, p. 29, 2005.
- MAZZALI, Leonel; NIERO, J. C. C.; SILVA, S. V. **O Planejamento Estratégico Situacional no Setor Público – A Contribuição de Carlos Matus**. XII SEMEAD-Empreendedorismo e Inovação. FEA. USP, 2009.
- ULTRAMARI, Clóvis; ALCIDES REZENDE, Denis. **Planejamento estratégico e planos diretores municipais: referenciais e bases de aplicação**. RAC-Revista de Administração Contemporânea, v. 12, n. 3, 2008.
- DE TONI, Deonir. **Administração da imagem de organizações, marcas e produtos**. Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos, v. 1, p. 235-268, 2009.
- ANDRADE, Nilton de Aquino et al. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MOURA, Eduardo C. **As sete ferramentas gerenciais da qualidade: implementando a melhoria contínua com maior eficácia**. McGraw-Hill, 1994.
- DO SUL, Rio Grande. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. 2012.
- BORNIA, Antônio Cezar; LUNKES, Rogério João. **Uma contribuição à melhoria do processo orçamentário**. Contabilidade Vista & Revista, v. 18, n. 4, 2007.
- VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. **Manual de elaboração: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios**. Ministério do Planejamento e Orçamento, 2004.

FERREIRA FILHO, Wilson Rodrigues. **A Importância do Plano Plurianual Participativo Na Gestão Pública**. Revista Controle, 2015.

CARDOSO, Nathan Ribeiro. **O Plano Plurianual 2010-2013 do Município de Jequitinhonha - MG: Uma Análise de Conteúdo do seu Ciclo de Gestão**. 2013.

SILVA, Patrícia Pinheiro. **Terceirização nos serviços públicos**. Terceirização nos serviços públicos, 2011.

RÉUS, Fernando Fernandes. **Planejamento estratégico com foco no orçamento: um estudo em uma empresa do ramo de construção civil**. 2010.

LIMA, Jerônimo Mascarenhas. **Análise do Plano Plurianual 2010-2013 e Dos Investimentos em Educação (2005-2012) Como Instrumento de Desenvolvimento Regional No Município de Barreiras (BA)**. 2013.

BROSE, M. **Metodologia Participativa, uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Editora Tomo, 2001.

BLEGER, J. **A entrevista Psicológica: seu emprego no diagnóstico e na intervenção**. Temas de psicologia, 1964.